

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

PROVA OBJETIVA (P₂) -- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Questão 1

Em julho, determinada secretaria de economia municipal registrou variação patrimonial aumentativa (VPA) de uma taxa de fiscalização. No mês seguinte, ocorreu o efetivo ingresso desse valor na conta bancária do município.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta em relação ao registro da receita sob o enfoque patrimonial no setor público.

- Ⓐ O setor de contabilidade deve registrar uma variação patrimonial diminutiva (VPD) em agosto para dar baixa no direito a receber que foi gerado em julho.
- Ⓑ A arrecadação financeira em agosto exige o estorno da VPA de julho para que não haja a dupla contagem no resultado do exercício.
- Ⓒ O registro pelo regime de competência patrimonial deve ser anulado se a arrecadação orçamentária ocorrer em meses diferentes, prevalecendo o regime de caixa tanto para o enfoque orçamentário como para o enfoque patrimonial.
- Ⓓ A arrecadação em agosto exige o lançamento de uma nova VPA para se igualar ao regime de caixa do orçamento.
- Ⓔ O ingresso do valor em agosto gera um fato meramente permutativo no patrimônio e, simultaneamente, demanda o registro contábil da realização da receita orçamentária.

Questão 2

De acordo com as normas vigentes aplicadas à contabilidade no setor público, o valor depreciável de um ativo

- Ⓐ restringe-se ao preço de nota fiscal pago ao fornecedor pelo bem, sendo vedada a inclusão de gastos com transporte, montagem e instalação na base de cálculo da depreciação acumulada.
- Ⓑ é a totalidade do seu custo histórico de aquisição ou produção, somado de forma linear ao valor residual estimado para o encerramento de sua vida útil.
- Ⓒ é calculado com base no valor de mercado atualizado do ativo no encerramento do balanço, desconsiderando-se o custo histórico e o valor residual estipulado no inventário inicial.
- Ⓓ corresponde ao custo de um ativo, ou a outra base que substitua o custo, menos o seu valor residual.
- Ⓔ corresponde ao seu custo histórico de aquisição somado ao valor residual estimado que a entidade espera obter no final de sua vida útil econômica.

Questão 3

A Procuradoria-Geral do Município X enviou ao setor de contabilidade geral da Secretaria de Economia relatório atualizado sobre três grandes litígios judiciais movidos por ex-servidores e prestadores de serviços contra o município. A equipe de contabilidade foi instada a analisar o risco de perda e a confiabilidade da mensuração de cada caso para realizar o fechamento do balanço patrimonial, de acordo com o que se segue.

- Processo 1: risco de perda avaliado como provável, podendo o valor do desembolso futuro ser estimado, com confiabilidade, em R\$ 5.000.000.
- Processo 2: risco de perda avaliado como possível, sendo o valor estimado do impacto R\$ 12.000.000.
- Processo 3: risco de perda avaliado como remoto, sendo o valor estimado do impacto R\$ 8.000.000.

Considerando os critérios de reconhecimento e divulgação de provisões e passivos contingentes no setor público, assinale a opção correta em relação ao procedimento a ser adotado pela equipe da referida secretaria de economia.

- Ⓐ A referida secretaria deve aguardar o trânsito em julgado de todos os processos para realizar qualquer tipo de registro contábil ou divulgação, haja vista que passivos contingentes sob litígio judicial só ganham reflexo patrimonial após a ordem de pagamento dos precatórios.
- Ⓑ Os processos 1 e 2 reúnem as características conceituais para serem reconhecidos no balanço patrimonial como provisões, enquanto o processo 3 deve ser classificado como passivo contingente e divulgado em notas explicativas.
- Ⓒ O processo 1 deve ser reconhecido no balanço patrimonial como uma provisão; o processo 2 não deve ser reconhecido no balanço, mas a sua existência como passivo contingente deve ser obrigatoriamente divulgada em notas explicativas; e o processo 3 não deve ser reconhecido nem divulgado.
- Ⓓ Todos os três processos enquadram-se na definição estrita de passivos contingentes da contabilidade pública, devendo ser integralmente provisionados no passivo patrimonial para atender ao princípio da prudência e preservar o equilíbrio fiscal do município.
- Ⓔ O processo 2 deve ser registrado no passivo como uma provisão de risco médio, enquanto o processo 1, por ter estimativa confiável, dispensa o registro no balanço, exigindo-se apenas a escrituração em contas de controle da execução orçamentária.

Questão 4

No âmbito da contabilidade de custos aplicada ao setor público, desembolso é conceituado como

- A** o registro contábil do consumo de recursos, independentemente do momento em que ocorra a movimentação financeira.
- B** o conjunto de bens ou direitos reconhecidos no ativo em função dos benefícios futuros esperados.
- C** o pagamento resultante do gasto.
- D** o consumo ou a utilização de recursos para a geração de bens ou serviços.
- E** o dispêndio de um ativo ou a criação de um passivo, estando ou não relacionado à obtenção de um bem ou serviço.

Questão 5

Durante o exercício financeiro, a equipe contábil de determinada entidade do setor público identificou as seguintes contabilizações:

- I lançamento da previsão inicial da receita, estimada e aprovada na lei orçamentária anual;
- II recebimento de imóvel em doação, transação devidamente formalizada e com suporte documental;
- III registro do controle de disponibilidade no momento do empenho da despesa orçamentária.

Considerando a situação hipotética apresentada e a estruturação do PCASP em natureza de informação orçamentária (NIO), natureza de informação patrimonial (NIP) e natureza de informação de controle (NIC), é correto afirmar que as contabilizações I, II e III se classificam, respectivamente como

- A** NIO, NIC e NIP.
- B** NIP, NIO e NIC.
- C** NIP, NIC e NIO.
- D** NIC, NIO e NIP.
- E** NIO, NIP e NIC.

Questão 6

As seguintes informações (em R\$) foram extraídas dos relatórios de execução orçamentária de determinada entidade pública ao final do exercício financeiro:

- previsão inicial da receita: 400.000.
- dotação inicial da despesa: 400.000.
- previsão atualizada da receita: 380.000.
- dotação atualizada da despesa: 380.000.
- receita realizada/executada: 360.000.
- despesa empenhada: 340.000.
- despesa liquidada: 330.000.
- despesa paga: 290.000.

Tendo como base as informações apresentadas nessa situação hipotética, assinale a opção em que é corretamente indicado o resultado orçamentário (em R\$) apurado no balanço orçamentário do exercício.

- A** superávit orçamentário de 30.000
- B** déficit orçamentário de 20.000
- C** superávit orçamentário de 10.000
- D** superávit orçamentário de 20.000
- E** equilíbrio orçamentário com resultado igual a zero

Questão 7

Considerando a organização político-administrativa prevista na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

- A** Os territórios federais são entes autônomos equivalentes aos estados.
- B** Os municípios integram administrativamente os estados e exercem competências apenas por delegação estadual.
- C** O Distrito Federal é ente administrativo subordinado à União, com competências limitadas à execução de serviços federais.
- D** A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados, municípios e Distrito Federal, todos autônomos, nos termos da CF.
- E** A União exerce hierarquia administrativa sobre estados e o Distrito Federal em todas as matérias de interesse público.

Questão 8

No que diz respeito aos poderes da administração pública, notadamente o poder regulamentar, assinale a opção correta com base na CF.

- A** Os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar serão sustados, em regra, pelo Poder Judiciário.
- B** Decreto regulamentar pode inovar na ordem jurídica, criando direitos e obrigações não previstos em lei, desde que seja voltado ao atendimento do interesse público.
- C** O poder regulamentar autoriza o chefe do Poder Executivo a dispor, mediante decreto, sobre a criação e a extinção de órgãos públicos, independentemente de lei.
- D** A extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos, depende de lei em sentido formal, sendo vedada a sua veiculação por decreto.
- E** Compete privativamente ao presidente da República expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis.

Questão 9

Em relação à extinção dos atos administrativos e à decadência administrativa, assinale a opção correta.

- A** Em razão do princípio da legalidade, a administração pública pode anular seus atos ilegais a qualquer tempo, não se sujeitando a prazo decadencial.
- B** A anulação do ato administrativo funda-se em juízo de conveniência e oportunidade da administração pública.
- C** A revogação do ato administrativo produz efeitos retroativos, desfazendo os efeitos já produzidos pelo ato revogado.
- D** A convalidação do ato administrativo é admitida ainda que acarrete lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros.
- E** A administração pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vício que os torne ilegais.

Questão 10

Considerando o conceito legal de poder de polícia e as hipóteses que o distinguem de outros institutos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A exigência de licença prévia para o exercício de atividade potencialmente lesiva ao meio ambiente é expressão não do poder de polícia, mas do poder regulamentar da administração pública, por decorrer da competência normativa do Poder Executivo para disciplinar matérias de interesse público.
- Ⓑ A atividade repressiva das autoridades policiais na persecução penal é uma expressão do poder de polícia administrativo, por importar restrição coercitiva ao direito de liberdade do particular.
- Ⓒ A apreensão de mercadorias irregulares realizada por fiscal sanitário em estabelecimento comercial configurará exercício do poder de polícia judiciária quando tiver caráter investigatório voltado à apuração de ilícito praticado pelo particular.
- Ⓓ A fiscalização sanitária constitui exercício regular do poder de polícia administrativo quando exercida por órgão competente, com fundamento em interesse público e sem abuso ou desvio de poder.
- Ⓔ Poder de polícia é a faculdade de o agente público aplicar sanção disciplinar a qualquer particular, com base em relação hierárquica.

Questão 11

Acerca do regime jurídico-administrativo e dos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ Admite-se a promoção pessoal de agentes ou autoridades públicas quando vinculada à divulgação de atos, programas e obras efetivamente realizados.
- Ⓑ Embora não conste expressamente do rol constitucional de princípios da administração pública, a motivação dos atos administrativos é reconhecida como tal, viabilizando o controle da atuação administrativa pelo interessado e pelos órgãos de controle.
- Ⓒ Em razão do princípio da publicidade, é vedada, em qualquer hipótese, restrição à divulgação oficial dos atos administrativos.
- Ⓓ O princípio da eficiência, por ter sido inserido na CF por emenda constitucional, prevalece sobre o princípio da legalidade, autorizando a administração pública a mitigar exigências legais para alcançar melhores resultados.
- Ⓔ É admitida a aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa quando esta melhor garantir o fim público a que se dirige.

Questão 12

Considerando os objetivos e as fases do processo licitatório, bem como os princípios a ele aplicáveis, assinale a opção correta à luz da Lei n.º 14.133/2021.

- Ⓐ No diálogo competitivo, a fase de diálogo consiste na discussão colaborativa das soluções propostas pelos licitantes, cabendo à administração pública, ao final dessa fase, definir os critérios de pré-seleção mais favoráveis com base nos resultados obtidos.
- Ⓑ O incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável aplica-se exclusivamente às contratações de grande vulto, definidas como aquelas cujo valor estimado supere R\$ 200.000.000.
- Ⓒ A publicidade é a regra nos atos praticados no processo licitatório, admitindo-se o sigilo apenas nas hipóteses em que seja estritamente necessário à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação aplicável.
- Ⓓ A fase preparatória da licitação abrange o estudo técnico preliminar e dispensa a elaboração de termo de referência quando o objeto contratual for de baixa complexidade técnica, em sintonia com o princípio da eficiência administrativa.
- Ⓔ A referida lei veda o estabelecimento de preferências entre licitantes, salvo na hipótese de desempate, em que se admite preferência a empresas que comprovem maior tempo de atuação no mercado nacional.

Questão 13

Assinale a opção correta acerca da responsabilidade civil estatal.

- Ⓐ A responsabilidade civil prevista na CF exclui danos causados por concessionárias de serviço público.
- Ⓑ O direito de regresso assegurado à pessoa jurídica de direito público contra o agente causador de dano a terceiros pode ser exercido independentemente de dolo ou culpa, bastando a comprovação do nexo causal entre a conduta do agente e o prejuízo suportado pelo erário.
- Ⓒ A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público por dano causado a terceiros não exige a punição do agente público responsável pela conduta lesiva, sendo suficiente que o dano decorra de atividade atribuível ao Estado e que reste demonstrado o nexo causal entre essa atividade e o prejuízo sofrido.
- Ⓓ A responsabilidade civil objetiva do Estado é afastada nos casos de culpa concorrente da vítima, caso fortuito e força maior, hipóteses em que o Estado fica desobrigado do dever de indenizar.
- Ⓔ O direito de regresso da pessoa jurídica de direito público contra o agente causador de dano a terceiros pode ser exercido somente em casos de culpa grave, por força do princípio da proporcionalidade, da razoabilidade e da eficiência.

Questão 14

Em procedimento de apuração, verificou-se que um agente público recebera diretamente de particular vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo público.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei n.º 8.429/1992,

- Ⓐ as sanções cabíveis aplicam-se ao agente público e ao particular que concorreram para a prática do ato de improbidade, sendo suficiente, para a responsabilização do particular, a demonstração de que se beneficiou da conduta ilícita, independentemente de dolo ou culpa.
- Ⓑ a conduta configura ato de improbidade administrativa independentemente de dolo ou culpa do agente, uma vez que o recebimento de vantagem patrimonial indevida em razão do cargo é objetivamente incompatível com a moralidade administrativa.
- Ⓒ a conduta pode configurar ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito, desde que dolosa, entendido o dolo como a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado.
- Ⓓ a conduta configura ato de improbidade administrativa que causa dano ao erário, pois o recebimento de vantagem patrimonial indevida implica lesão ao patrimônio público.
- Ⓔ o recebimento de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo configura ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, e só seria excluída a responsabilidade do agente se a vantagem fosse recebida por interposta pessoa.

Questão 15

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,

- Ⓐ a edição de lei geral posterior revoga automaticamente a lei especial anterior, ainda que não haja incompatibilidade entre ambas.
- Ⓑ a revogação da lei anterior ocorre por declaração expressa do legislador, sendo insuficiente a incompatibilidade entre os diplomas normativos.
- Ⓒ a lei posterior revoga a anterior ao estabelecer disciplina mais específica sobre a mesma matéria, ainda que não exista incompatibilidade entre os respectivos regimes jurídicos.
- Ⓓ a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declara, quando seja com ela incompatível ou quando regule integralmente a matéria anteriormente regulada.
- Ⓔ a lei posterior revoga a anterior quando tratar da mesma matéria, ainda que apenas complemente o regime jurídico previamente estabelecido.

Questão 16

Segundo o que dispõe o Código Civil, a personalidade da pessoa natural começa com

- Ⓐ o nascimento com vida, ficando o indivíduo plenamente habilitado para a prática dos atos da vida civil aos 16 anos de idade completos.
- Ⓑ a concepção, sendo postos a salvo, após o terceiro mês da gestação, os direitos do nascituro, tornando-se o indivíduo plenamente capaz aos 18 anos de idade completos.
- Ⓒ o nascimento com vida, passando a pessoa a ser plenamente capaz para exercer os atos da vida civil aos 16 anos de idade completos.
- Ⓓ a concepção, ficando plenamente o indivíduo habilitado para a prática dos atos da vida civil aos 18 anos de idade completos.
- Ⓔ o nascimento com vida, sendo assegurados, desde a concepção, os direitos do nascituro, e cessando a menoridade aos 18 anos de idade completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Questão 17

Conforme o disposto no Código Civil, o prazo para pleitear a anulação de negócio jurídico por erro, contado da data da celebração do negócio jurídico, é

- Ⓐ decadencial de três anos.
- Ⓑ decadencial de quatro anos.
- Ⓒ decadencial de dez anos.
- Ⓓ prescricional de quatro anos.
- Ⓔ prescricional de dez anos.

Questão 18

A desconsideração da personalidade jurídica, conforme o disposto no Código Civil, é medida excepcional que depende da comprovação de abuso da personalidade jurídica, caracterizado por

- Ⓐ mera insolvência da pessoa jurídica, ainda que inexistente desvio de finalidade ou confusão patrimonial, sendo adotada a teoria maior.
- Ⓑ desvio de finalidade ou confusão patrimonial, sendo adotada a teoria maior.
- Ⓒ mera inexistência de bens penhoráveis e encerramento irregular das atividades da empresa, sendo adotada a teoria maior.
- Ⓓ desvio de finalidade ou confusão patrimonial, sendo adotada a teoria menor.
- Ⓔ mera inexistência de bens penhoráveis e encerramento irregular das atividades da empresa, sendo adotada a teoria menor.

Questão 19

O Código Civil dispõe que, nos contratos de adesão, as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio são

- Ⓐ conformes ao sentido que melhor preserve o equilíbrio econômico do contrato, ainda que desfavoráveis ao aderente.
- Ⓑ nulas.
- Ⓒ válidas quando houver concordância expressa do aderente.
- Ⓓ anuláveis, dependendo de provocação da parte interessada.
- Ⓔ eficazes, desde que redigidas com destaque.

Questão 20

De acordo com disposição do Código Civil, o incapaz responde pelos prejuízos que causar

- Ⓐ quando inexistir representante legal, assumindo a responsabilidade integral pelos prejuízos causados, sem qualquer limitação quanto ao valor da indenização.
- Ⓑ de forma solidária com seus representantes legais, independentemente da responsabilidade destes.
- Ⓒ caso disponha de patrimônio suficiente para reparar integralmente o dano, ainda que as pessoas responsáveis tenham obrigação e meios para indenizar.
- Ⓓ desde que haja demonstração de dolo ou culpa grave, respondendo nos mesmos termos que a pessoa capaz.
- Ⓔ se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de indenizar ou não dispuserem de meios suficientes para tanto, hipótese em que a indenização será fixada equitativamente e não será devida se privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependam.

Questão 21

Em determinada ação judicial, discute-se se o particular pode exigir diretamente do Estado a observância de direito fundamental previsto no texto constitucional, na ausência de lei regulamentadora. O Estado sustenta que a ausência de regulamentação impede a exigibilidade do direito, ao passo que o particular alega que o direito pode ser exercido independentemente de regulamentação.

Nessa situação hipotética, de acordo com a CF,

- Ⓐ a tese alegada pelo particular está correta, pois as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, sendo inaplicável o argumento de ausência de regulamentação para impedir seu exercício.
- Ⓑ a tese sustentada pelo Estado está correta, pois a aplicação imediata dos direitos fundamentais depende de expressa dispensa de regulamentação pelo constituinte originário em cada caso.
- Ⓒ ambas as teses são incorretas, pois a exigibilidade dos direitos fundamentais na ausência de regulamentação depende de reconhecimento pelo STF em cada caso concreto.
- Ⓓ ambas as teses são parcialmente corretas: a ausência de regulamentação impede o exercício de direitos fundamentais de natureza coletiva, mas não o dos de natureza individual.
- Ⓔ a tese sustentada pelo Estado está correta caso se trate de norma constitucional de eficácia limitada, categoria que abrange todos os direitos e garantias fundamentais constitucionalmente previstos.

Questão 22

O governador de determinado estado da Federação sancionou lei que estabelece a sua própria religião como a oficial do estado e determina que todos os atos de posse de servidores públicos estaduais sejam celebrados com juramento religioso obrigatório perante representante da religião oficializada. O governador rebateu as críticas dos seus opositores com o argumento de que a medida não impede o exercício de outras religiões pelos servidores em suas vidas privadas.

Nessa situação hipotética, de acordo com os princípios fundamentais previstos na CF, a referida medida é

- Ⓐ inconstitucional, pois é expressamente vedado a qualquer ente federativo estabelecer cultos religiosos ou embarçar-lhes o funcionamento, vedação que se estende ao estabelecimento de religião oficial e à imposição de atos religiosos obrigatórios no âmbito estatal.
- Ⓑ constitucional, pois o juramento religioso em ato de posse constitui solenidade de caráter meramente protocolar, sem efeitos jurídicos sobre a liberdade de crença dos servidores.
- Ⓒ parcialmente inconstitucional, pois, enquanto o estabelecimento de religião oficial viola o texto constitucional, o juramento religioso obrigatório em atos de posse é válido, por inserir-se entre as competências estaduais para disciplinar solenidade funcional.
- Ⓓ constitucional, pois os estados têm autonomia legislativa para disciplinar o regime jurídico de seus servidores, incluindo-se as solenidades de posse, desde que não restrinjam o exercício privado de outras religiões.
- Ⓔ inconstitucional, pois a prerrogativa de estabelecer religião oficial é assegurada somente à União.

Questão 23

Um servidor público federal demitido após processo administrativo disciplinar alega, inconformado, que não foi notificado da instauração do processo, em violação à norma de regência, e que, por isso, não pôde apresentar defesa, tendo documentos que comprovam o vício. O servidor pretende impugnar judicialmente o ato demissório.

Nessa situação hipotética, o remédio constitucional adequado para a pretensão do referido servidor é o

- Ⓐ mandado de segurança coletivo, a ser impetrado pela entidade de classe representativa dos servidores públicos federais, para proteger direito líquido e certo violado por ato da autoridade coatora.
- Ⓑ *habeas data*, para obter acesso aos documentos do processo administrativo não disponibilizados durante o procedimento disciplinar.
- Ⓒ *habeas corpus*, para garantir a liberdade de exercício profissional ameaçada pelo ato demissório.
- Ⓓ mandado de segurança, para proteger direito líquido e certo violado por ato de autoridade, comprovado por prova documental pré-constituída.
- Ⓔ mandado de injunção, pela ausência de norma que assegure o direito ao contraditório e à ampla defesa no processo administrativo disciplinar.

Questão 24

Pedro nasceu no exterior, filho de mãe brasileira que não estava a serviço do Brasil no estrangeiro. Pedro não foi registrado em repartição brasileira competente durante a menoridade e, ao atingir a maioridade, passou a residir no Brasil.

Nessa situação hipotética, de acordo com as regras constitucionais sobre nacionalidade, Pedro é

- Ⓐ brasileiro nato por força da residência no Brasil após a maioridade, independentemente de qualquer manifestação de vontade.
- Ⓑ brasileiro nato, desde que opte pela nacionalidade brasileira.
- Ⓒ brasileiro nato, desde que comprove residência no Brasil por prazo mínimo fixado em lei e requeira a nacionalidade ao Ministério da Justiça.
- Ⓓ brasileiro nato desde o nascimento, pois o vínculo de filiação com mãe brasileira é suficiente para a aquisição da nacionalidade originária, independentemente de registro ou residência.
- Ⓔ estrangeiro, pois a ausência de registro em repartição brasileira durante a menoridade impede a aquisição da nacionalidade brasileira em qualquer modalidade.

Questão 25

O governador de determinado estado da Federação pretende decretar intervenção em município de seu território, ao fundamento de descumprimento, pelo Poder Executivo municipal, de ordem emanada de autoridade judiciária.

Nessa situação hipotética, a intervenção pretendida

- Ⓐ não é cabível, pois o descumprimento de ordem judicial por município somente autoriza a intervenção da União no estado, e não do estado no município.
- Ⓑ é cabível, mas depende de autorização prévia da assembleia legislativa do estado, que deverá deliberar no prazo de 24 horas.
- Ⓒ não é cabível, pois o descumprimento de ordem judiciária por município autoriza apenas a responsabilização do agente público responsável pela recusa, e não a decretação de intervenção estadual.
- Ⓓ é cabível, pois a CF autoriza a intervenção estadual quando o município recusa-se a cumprir ordem ou decisão judiciária.
- Ⓔ é cabível, independentemente de qualquer requisito procedimental, por se tratar de descumprimento de ordem judicial que compromete a ordem pública.

Questão 26

No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4.650, relativa a dispositivos legais que autorizavam doações de pessoas jurídicas a partidos políticos e campanhas eleitorais, o STF

- Ⓐ assentou que o princípio da igualdade política impede que candidatos utilizem recursos próprios em suas campanhas, uma vez que a capacidade econômica individual compromete as mesmas condições de disputa entre os concorrentes.
- Ⓑ declarou a inconstitucionalidade dos referidos dispositivos, estendendo a vedação às pessoas naturais que exerçam atividade empresarial, já que, nessa hipótese, o risco de captura do processo político pelo poder econômico é equivalente ao das doações por pessoas jurídicas.
- Ⓒ declarou a inconstitucionalidade dos referidos dispositivos, por violação ao princípio democrático e ao da igualdade política, mantendo a validade das doações por pessoas naturais e do uso de recursos próprios pelos candidatos, respeitados os critérios normativos vigentes.
- Ⓓ declarou a inconstitucionalidade dos referidos dispositivos, mas condicionou os efeitos da decisão à edição de novo marco normativo pelo Congresso Nacional, em cuja pendência as doações por pessoas jurídicas permaneceram válidas.
- Ⓔ reconheceu a constitucionalidade dos referidos dispositivos, por entender que a liberdade de expressão política das empresas é protegida constitucionalmente.

Questão 27

No que se refere ao empresário individual e ao pequeno empresário, assinale a opção correta.

- Ⓐ O empresário individual responde ilimitadamente pelas obrigações decorrentes da atividade empresarial, ressalvadas as hipóteses legais de impenhorabilidade de bens.
- Ⓑ O incapaz somente poderá exercer atividade empresarial, seja como empresário individual, seja como pequeno empresário, mediante autorização judicial específica, ainda que represente empresa anteriormente explorada por seus pais.
- Ⓒ O empresário individual somente poderá iniciar suas atividades após integralizar capital social mínimo previsto no Código Civil.
- Ⓓ O empresário individual possui personalidade jurídica própria, distinta da pessoa natural que exerce a atividade empresarial.
- Ⓔ O pequeno empresário está dispensado de inscrição no registro público de empresas mercantis, independentemente da legislação específica que discipline sua atividade.

Questão 28

Com base na teoria da desconconsideração da personalidade jurídica, assinale a opção correta conforme o ordenamento jurídico brasileiro.

- Ⓐ A desconconsideração da personalidade jurídica depende exclusivamente da dissolução irregular da sociedade empresária.
- Ⓑ A desconconsideração da personalidade jurídica extingue definitivamente a pessoa jurídica.
- Ⓒ A mera existência de dívida tributária autoriza, por si só, a desconconsideração da personalidade jurídica.
- Ⓓ A desconconsideração da personalidade jurídica somente pode ser requerida pelo Ministério Público.
- Ⓔ A desconconsideração inversa da personalidade jurídica permite que se alcance o patrimônio da sociedade para satisfação de obrigação pessoal do sócio, quando caracterizado abuso da personalidade jurídica.

Questão 29

Em relação às operações societárias, assinale a opção correta com base na Lei das Sociedades por Ações.

- Ⓐ Na transformação, ocorre necessariamente a extinção da sociedade originária e a constituição de uma nova pessoa jurídica.
- Ⓑ A cisão somente pode ocorrer quando houver dissolução total da sociedade cindida.
- Ⓒ A transformação somente é admitida entre sociedades anônimas.
- Ⓓ Na incorporação, uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em direitos e obrigações.
- Ⓔ A fusão consiste na absorção de uma sociedade por outra já existente.

Questão 30

Assinale a opção correta a respeito da recuperação judicial, de acordo com o previsto na Lei n.º 11.101/2005.

- Ⓐ O pedido de recuperação judicial depende de autorização prévia da assembleia geral de credores.
- Ⓑ A concessão da recuperação judicial implica a extinção automática de todas as garantias prestadas pelos coobrigados.
- Ⓒ O deferimento do processamento da recuperação judicial suspende, em regra, as ações e execuções contra o devedor pelo prazo previsto em lei.
- Ⓓ O plano de recuperação judicial pode ser apresentado a qualquer tempo, independentemente do prazo legal.
- Ⓔ Somente sociedades anônimas podem requerer recuperação judicial.

Questão 31

Assinale a opção correta no que se refere ao processo falimentar, tal como previsto na Lei n.º 11.101/2005.

- Ⓐ Após a decretação da falência, os credores podem promover execuções individuais normalmente.
- Ⓑ Os contratos firmados pelo falido extinguem-se automaticamente com a decretação da falência.
- Ⓒ A decretação da falência implica o vencimento antecipado das obrigações do falido, observado o disposto na legislação aplicável.
- Ⓓ A decretação da falência impede definitivamente a arrecadação dos bens adquiridos pelo falido após a sentença.
- Ⓔ A sentença que decreta a falência produz efeitos exclusivamente entre o devedor e seus credores.

Questão 32

A sociedade empresária Alfa Ltda. foi constituída para desenvolver atividade de logística. Posteriormente, seus sócios decidiram criar outra sociedade, exclusivamente destinada à contratação com a administração pública, mantendo as demais atividades na sociedade original.

Na situação hipotética apresentada, a sociedade criada para a contratação com a administração pública denomina-se

- Ⓐ sociedade coligada.
- Ⓑ grupo societário.
- Ⓒ sociedade de propósito específico.
- Ⓓ sociedade subsidiária integral.
- Ⓔ sociedade em conta de participação.

Questão 33

De acordo com os princípios constitucionais e as limitações ao poder de tributar, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ao dispor sobre a imunidade tributária recíproca, a Constituição Federal de 1988 (CF) veda a cobrança de qualquer tributo entre os entes federativos, incluindo taxas e contribuições sociais.
- Ⓑ De acordo com o princípio da capacidade contributiva, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- Ⓒ A vedação à utilização de tributo com efeito de confisco aplica-se exclusivamente aos tributos, não alcançando as multas tributárias de natureza sancionatória.
- Ⓓ Em atenção ao princípio da anterioridade, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios estão impedidos de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, exceto as contribuições sociais.
- Ⓔ Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade, de acordo com entendimento do STF.

Questão 34

Assinale opção correta com base no entendimento do STF e do STJ a respeito das imunidades tributárias.

- Ⓐ A vedação constitucional de instituição de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios aplica-se à exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ainda que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.
- Ⓑ A imunidade tributária prevista na CF para entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes, não deve ser estendida aos cemitérios de cunho religioso, segundo orientação do STF.
- Ⓒ O certificado de entidade beneficente de assistência social, independentemente de sua validade, possui natureza declaratória para fins tributários, retroagindo seus efeitos à data em que demonstrado o cumprimento dos requisitos estabelecidos por lei complementar para a fruição da imunidade.
- Ⓓ A imunidade tributária prevista na CF em relação a livros, jornais e periódicos e ao papel destinado à sua impressão aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (*e-book*) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo, como leitores de livros eletrônicos (*e-readers*), ainda que possuam funcionalidades acessórias.
- Ⓔ A imunidade tributária conferida pela CF às instituições de assistência social sem fins lucrativos alcança as entidades fechadas de previdência social privada mesmo se houver contribuição dos beneficiários.

Questão 35

Assinale a opção correta com base nas disposições do Código Tributário Nacional (CTN).

- Ⓐ Os estados, o Distrito Federal e os municípios podem estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza em razão da sua procedência ou do seu destino.
- Ⓑ A contribuição de melhoria é cobrada em razão do exercício regular do poder de polícia ou pela utilização efetiva de serviço público específico e divisível.
- Ⓒ A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo relevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei e a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- Ⓓ Os tributos classificam-se em impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- Ⓔ Os impostos são tributos vinculados a uma atividade estatal específica dirigida ao contribuinte, diferenciando-se das taxas pela ausência de contraprestação.

Questão 36

João vendeu seu veículo a Tiago em janeiro de 2025, mas não comunicou a venda ao DETRAN. Em 2026, o Estado cobrou de João o IPVA referente ao veículo, sob o fundamento de haver lei estadual específica que atribui essa responsabilidade ao alienante na hipótese de ausência de comunicação da venda ao órgão de trânsito.

Nessa situação hipotética, de acordo com entendimento do STJ,

- Ⓐ João não tem nenhuma responsabilidade sobre o IPVA, pois, a partir da venda do veículo, a responsabilidade passou a ser integralmente de Tiago.
- Ⓑ João responde integralmente pelo IPVA, pois deixou de comunicar a venda ao DETRAN.
- Ⓒ João poderá ser responsabilizado solidariamente pelo IPVA, haja vista a previsão da referida lei estadual.
- Ⓓ João não responde pelo IPVA incidente após a alienação do veículo, pois a lei estadual mencionada é inconstitucional.
- Ⓔ João responde solidariamente pelas multas de trânsito ocorridas após a venda, mas não pelo IPVA.

Questão 37

Duas amigas abriram uma loja de roupas e começaram a vender mercadorias antes de registrar a empresa nos órgãos competentes. Apesar da irregularidade, a loja funcionava normalmente, comprava de fornecedores e realizava vendas aos clientes.

Nessa situação hipotética, de acordo com o CTN,

- Ⓐ a empresa somente adquirirá capacidade tributária passiva após obter inscrição no cadastro de contribuintes.
- Ⓑ a empresa somente responderá por tributos se suas sócias comprovarem capacidade civil.
- Ⓒ a loja não tem nenhuma responsabilidade tributária, pois não há empresa constituída.
- Ⓓ a empresa não possui capacidade tributária passiva, pois não foi regularmente constituída.
- Ⓔ a empresa possui capacidade tributária passiva, pois basta que configure uma unidade econômica ou profissional, ainda que esteja irregular.

Questão 38

Considerando as hipóteses de exclusão e extinção do crédito tributário previstas no CTN, assinale a opção correta.

- Ⓐ A transação impede o surgimento do crédito tributário por ser modalidade de exclusão do crédito tributário.
- Ⓑ A anistia extingue o crédito tributário já constituído, produzindo os mesmos efeitos do pagamento.
- Ⓒ A isenção é modalidade de exclusão do crédito tributário, ao passo que a remissão é modalidade de extinção do crédito tributário.
- Ⓓ A compensação configura modalidade de exclusão do crédito tributário por afastar sua exigibilidade.
- Ⓔ A remissão é modalidade de exclusão do crédito tributário, pois impede sua cobrança.

Questão 39

Em março de 2020, uma empresa declarou ao fisco estadual que devia R\$ 80.000 de ICMS. Posteriormente, identificou-se que o valor correto era de R\$ 100.000, sem que houvesse dolo, fraude ou simulação.

Nessa situação hipotética, conforme o disposto no CTN e a jurisprudência do STJ,

- Ⓐ se a empresa não tiver efetuado nenhum pagamento do tributo, o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário será de cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador.
- Ⓑ a existência de declaração do tributo implica que o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário seja sempre contado da ocorrência do fato gerador, ainda que não tenha havido nenhum pagamento.
- Ⓒ a apresentação de declaração pelo contribuinte, ainda que desacompanhada de qualquer pagamento, marca o início do cômputo do prazo decadencial de cinco anos previsto no CTN para a constituição do crédito tributário.
- Ⓓ se a empresa tiver efetuado pagamento parcial do tributo, o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário será de cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador.
- Ⓔ se a empresa tiver efetuado pagamento parcial do tributo, o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário será de cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte.

Questão 40

A associação dos comerciantes de determinado estado formulou regularmente consulta à administração tributária estadual acerca da incidência de determinado tributo sobre operação específica realizada por seus associados. A decisão administrativa foi favorável ao entendimento da entidade.

Nesse caso, os efeitos advindos da referida decisão no âmbito do processo administrativo fiscal alcançam

- Ⓐ os associados ou filiados somente após a ciência da entidade consulente acerca da decisão.
- Ⓑ automaticamente toda a categoria econômica desde a data do protocolo da consulta.
- Ⓒ apenas a entidade consulente.
- Ⓓ os associados ou filiados, independentemente da ciência da entidade consulente acerca da decisão.
- Ⓔ todos os contribuintes que exerçam a mesma atividade econômica.

Questão 41

No que se refere às nulidades no processo administrativo fiscal, assinale a opção correta.

- Ⓐ A incompetência da autoridade praticante do ato constitui mera irregularidade sanável a qualquer tempo.
- Ⓑ A irregularidade que implique prejuízo ao sujeito passivo não poderá ser sanada, resultando na nulidade do ato.
- Ⓒ A nulidade de qualquer ato prejudica todos os posteriores.
- Ⓓ Apenas os atos praticados por pessoa incompetente são nulos, não se estendendo a nulidade aos despachos.
- Ⓔ São nulos os despachos e as decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.

Questão 42

De acordo com a Lei de Execução Fiscal (Lei n.º 6.830/1980), assinale a opção correta.

- Ⓐ O termo de inscrição em dívida ativa deverá conter o valor atualizado da dívida.
- Ⓑ Constitui dívida ativa da fazenda pública apenas aquela definida como tributária na Lei n.º 4.320/1964 e regularmente inscrita depois de esgotado o prazo fixado para pagamento.
- Ⓒ A certidão de dívida ativa deverá conter o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.
- Ⓓ O valor da causa na petição inicial será o da dívida constante da certidão de dívida ativa, sem os acréscimos dos encargos legais.
- Ⓔ O termo de inscrição em dívida ativa pode conter, de maneira facultativa, a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual do crédito.

Questão 43

Determinado devedor foi citado em ação de execução fiscal ajuizada pela fazenda pública para cobrança de crédito regularmente inscrito em dívida ativa.

Nessa situação, conforme a Lei de Execução Fiscal, após a citação, o executado deverá

- Ⓐ efetuar o pagamento da dívida no prazo de quinze dias, sendo facultativa a prestação de garantia.
- Ⓑ garantir a execução exclusivamente mediante depósito em dinheiro.
- Ⓒ apresentar impugnação ao cumprimento de sentença no prazo de trinta dias.
- Ⓓ pagar a dívida ou garantir a execução no prazo de cinco dias.
- Ⓔ apresentar embargos à execução no prazo de quinze dias, independentemente de garantia do juízo.

Questão 44

Assinale a opção que apresenta as ações judiciais tributárias respectivamente cabíveis para cada uma das seguintes finalidades:

- I impedir a cobrança de tributo considerado ilegal antes da constituição definitiva do crédito tributário;
 - II desconstituir lançamento tributário já realizado;
 - III obter a restituição de tributo pago indevidamente;
 - IV realizar o pagamento de tributo diante da recusa injustificada da fazenda pública em recebê-lo;
 - V assegurar a futura satisfação do crédito tributário diante da existência de indícios de que o devedor esteja dilapidando ou ocultando seu patrimônio.
- Ⓐ I – ação anulatória; II – ação cautelar fiscal; III – mandado de segurança repressivo; IV – ação declaratória; V – ação de execução fiscal
 - Ⓑ I – ação de repetição de indébito; II – ação consignatória; mandado de segurança preventivo; III – ação anulatória; IV – ação cautelar fiscal; V – embargo à execução fiscal
 - Ⓒ I – mandado de segurança repressivo; II – ação de repetição de indébito; III – ação declaratória; IV – ação cautelar fiscal; V – ação de execução fiscal
 - Ⓓ I – mandado de segurança preventivo; II – ação anulatória de débito fiscal; III – ação de repetição de indébito; IV – ação de consignação em pagamento; V – ação cautelar fiscal
 - Ⓔ I – ação anulatória de débito fiscal; II – mandado de segurança repressivo; III – ação de repetição de indébito; IV – ação de consignação em pagamento; V – ação cautelar fiscal

Questão 45

Acerca da transação na cobrança de créditos da fazenda pública, de acordo com a Lei n.º 13.988/2020, assinale a opção correta.

- Ⓐ A proposta de transação não está condicionada à comunicação à fazenda pública acerca da alienação de bens ou direitos.
- Ⓑ Rescindida a transação, o contribuinte poderá formalizar imediatamente novo acordo, desde que referente a débitos distintos.
- Ⓒ A aceitação da proposta de transação configura confissão revogável dos créditos abrangidos, podendo o devedor retratar-se antes da quitação integral.
- Ⓓ Os créditos abrangidos pela transação somente serão extintos quando integralmente cumpridas as condições previstas no respectivo termo.
- Ⓔ A proposta de transação tem o condão de dispensar o devedor da renúncia às alegações de direito em ações judiciais que tenham por objeto os créditos nela contemplados.

Questão 46

Em relação à transação por adesão na cobrança de créditos de pequeno valor da fazenda pública, assinale a opção correta, conforme a Lei n.º 13.988/2020.

- Ⓐ Na transação relativa a crédito tributário de pequeno valor, não se admite a substituição ou alienação de garantias e de constrições.
- Ⓑ Considera-se contencioso tributário de pequeno valor aquele cujo crédito tributário em discussão respeite o limite máximo de cinquenta salários mínimos e tenha como sujeito passivo pessoa natural, microempresa ou empresa de pequeno porte.
- Ⓒ A transação relativa a crédito tributário de pequeno valor somente poderá ocorrer após decisão administrativa definitiva.
- Ⓓ A transação relativa a crédito tributário de pequeno valor poderá prever desconto de até 50% do valor total do crédito, além de prazos e formas especiais de pagamento.
- Ⓔ Os benefícios previstos para a transação relativa a crédito tributário de pequeno valor são alternativos, sendo vedada a sua cumulação.

Questão 47

No exercício de suas atividades de apoio à fiscalização, um assistente de arrecadação identificou inconsistências documentais que poderiam indicar a prática de infração penal e elaborou um relatório, o qual encaminhou à sua chefia imediata. Após analisar as informações, a chefia remeteu os documentos ao Ministério Público, que requisitou a instauração de inquérito policial.

Considerando a situação hipotética apresentada e a disciplina do procedimento investigativo de inquérito policial, assinale a opção correta.

- Ⓐ O servidor que comunicou o fato passa a presidir o inquérito policial, por possuir conhecimento técnico sobre os documentos e os procedimentos administrativos envolvidos.
- Ⓑ A requisição do Ministério Público transfere ao promotor de justiça a presidência do inquérito policial, cabendo à polícia civil apenas executar as diligências por ele determinadas.
- Ⓒ A autoridade policial presidirá o inquérito policial e conduzirá as diligências investigativas, sem prejuízo do controle externo e das requisições legalmente formuladas pelo Ministério Público.
- Ⓓ A chefia do órgão municipal de arrecadação presidirá a apuração criminal até que sejam reunidos elementos suficientes para o oferecimento da denúncia.
- Ⓔ O juiz competente preside o inquérito policial sempre que houver necessidade de autorizar medida sujeita à reserva de jurisdição.

Questão 48

Durante atendimento presencial, um contribuinte, inconformado com uma notificação de débito, agrediu fisicamente uma assistente de arrecadação. A servidora conseguiu desviar-se e, para impedir nova agressão, empurrou o contribuinte, que caiu e sofreu escoriações leves. A reação foi imediata e limitada à força necessária para interromper o ataque.

Nessa situação hipotética, de acordo com as excludentes previstas no Código Penal, a referida servidora agiu

- A** em estrito cumprimento de dever legal, porque todo agente público tem o dever funcional de conter pessoalmente conflitos ocorridos na repartição.
- B** no exercício regular de direito, porque a preservação da continuidade do atendimento autoriza o emprego de força contra o usuário alterado.
- C** sob coação moral irresistível, pois a agressão eliminou sua liberdade de escolha e excluiu a culpabilidade de sua conduta.
- D** em legítima defesa, pois repeliu, de forma moderada e com os meios necessários, injusta agressão atual dirigida contra direito próprio.
- E** em estado de necessidade, pois sacrificou bem jurídico do contribuinte para afastar perigo atual que não havia provocado.

Questão 49

Durante fiscalização realizada em uma empresa, um servidor da área fiscal da receita municipal exigiu da responsável pelo estabelecimento o pagamento de determinada quantia como condição para deixar de lavrar auto de infração relativo à irregularidade tributária efetivamente existente. Temendo represálias no procedimento fiscal, a contribuinte realizou o pagamento.

Nessa situação hipotética, considerados os crimes contra a administração pública, a conduta do servidor configura

- A** concussão, consumada com a exigência da vantagem indevida em razão da função, sendo o pagamento posterior mero exaurimento do delito.
- B** peculato-apropriação, pois ele passou a dispor, como própria, de quantia recebida em razão de suas atribuições funcionais.
- C** corrupção passiva, consumada com o recebimento da quantia, porque o pagamento realizado pela contribuinte afasta o constrangimento próprio da concussão.
- D** excesso de exação, pois a vantagem foi exigida durante procedimento destinado à apuração de obrigação tributária efetivamente existente.
- E** prevaricação, visto que ele condicionou a omissão de ato de ofício ao atendimento de interesse pessoal de natureza econômica.

Questão 50

Nas proximidades de uma repartição municipal, um indivíduo abordou uma contribuinte que pretendia quitar seu IPTU e afirmou, falsamente, que ele poderia realizar o pagamento com desconto especial, desde que recebesse imediatamente o valor em espécie. Acreditando na informação, a contribuinte entregou-lhe o dinheiro. O indivíduo apropriou-se da quantia e deixou o local sem efetuar qualquer pagamento.

Nesse caso hipotético, considerados os crimes contra o patrimônio, a conduta do referido indivíduo configura

- A** apropriação indébita, pois o agente recebeu licitamente a posse do dinheiro e somente depois decidiu incorporá-lo ao próprio patrimônio.
- B** apropriação de coisa havida por erro, pois a quantia chegou ao poder do agente em razão de equívoco espontâneo da contribuinte.
- C** extorsão, pois a promessa de obtenção de desconto tributário constrangeu a contribuinte a lhe entregar o dinheiro.
- D** furto mediante fraude, pois o engano empregado pelo agente reduziu a vigilância da vítima e permitiu a retirada do dinheiro sem sua participação.
- E** estelionato, pois o agente, mediante informação fraudulenta, induziu a contribuinte em erro e obteve a entrega voluntária do dinheiro.

Questão 51

Durante a conferência de documentos vinculados a processo de cobrança, um assistente de arrecadação constatou que um particular havia alterado materialmente termo de parcelamento tributário verdadeiro, emitido pela prefeitura, tendo substituído o valor total da dívida e o número de parcelas. O documento foi apreendido antes de ser apresentado ou utilizado perante terceiros.

Nessa situação hipotética, no que se refere aos crimes contra a fé pública, a conduta do particular configura

- A** falsa identidade, pois o particular atribuiu ao documento situação tributária diversa da efetivamente existente.
- B** falsificação de documento público, pois houve alteração material de documento público verdadeiro.
- C** uso de documento falso, pois a adulteração do conteúdo equivale à utilização do documento perante a administração pública.
- D** supressão de documento, pois a substituição de dados corresponde à ocultação parcial de documento verdadeiro.
- E** falsidade ideológica, pois o documento permaneceu materialmente autêntico, embora contivesse informações contrárias à realidade.

Questão 52

Durante atendimento no setor de arrecadação, um assistente de arrecadação presenciou um indivíduo subtrair do balcão uma pasta com guias de recolhimento e documentos fiscais, escondê-la na mochila e caminhar em direção à saída. Imediatamente, o servidor o interceptou, ainda no interior do prédio, reteve a pasta e solicitou apoio policial.

Com base na disciplina das prisões cautelares no Código de Processo Penal (CPP), é correto afirmar que, na situação hipotética apresentada,

- Ⓐ configura-se flagrante presumido, pois a pasta foi encontrada com o agente logo depois da subtração, ainda que o servidor tenha presenciado toda a conduta.
- Ⓑ configura-se flagrante próprio, sendo facultativa a captura por quem não é autoridade policial; a manutenção da custódia dependerá do controle judicial previsto no CPP.
- Ⓒ eventual prisão em flagrante poderá ser convertida automaticamente em preventiva, em razão do caráter público dos documentos, independentemente do exame dos requisitos legais e de medidas cautelares diversas.
- Ⓓ a captura do indivíduo é ilegal, pois o CPP reserva a prisão em flagrante às autoridades policiais, cabendo ao servidor apenas comunicar o fato.
- Ⓔ configura-se flagrante impróprio, pois o deslocamento do agente em direção à saída caracteriza perseguição iniciada logo após a prática da infração.

Questão 53

Com base em conceitos de engenharia de *software* e modelagem UML, julgue os itens a seguir.

- I Na engenharia baseada no reúso, componentes consolidados preservam os requisitos originais quando há validação de compatibilidade funcional.
- II A depuração consiste em demonstrar a existência de defeitos no programa por meio da execução de casos de teste.
- III A refatoração melhora a estrutura interna do *software*, reduzindo a deterioração causada por mudanças sucessivas no desenvolvimento incremental.
- IV Na UML, a agregação representa uma associação todo-parte, como ocorre quando um Registro de Paciente é composto por dados do Paciente e por uma ou mais Consultas.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e IV.
- Ⓒ III e IV.
- Ⓓ I, II e III.
- Ⓔ II, III e IV.

Questão 54

Acerca de metodologias e práticas ágeis, assinale a opção correta.

- Ⓐ No Scrum distribuído, o *product owner* deve buscar proximidade com os desenvolvedores, estabelecendo uma relação de confiança para favorecer a comunicação e o alinhamento do trabalho.
- Ⓑ No Kanban, o *throughput* se aplica somente aos itens que ainda estão em WIP, pois ele mede a quantidade de tempo decorrido entre o momento em que um item de trabalho foi iniciado e a hora atual.
- Ⓒ No Kanban, quando os *cycle times* estão muito longos, a primeira ação recomendada aos *scrum teams* é aumentar o WIP, permitindo que mais itens sejam iniciados simultaneamente.
- Ⓓ No *sprint planning*, a decomposição dos itens do *product backlog* em tarefas menores deve ser conduzida pelo *scrum master*, para garantir que o incremento atenda à definição de pronto.
- Ⓔ Na programação extrema (XP), a simplicidade é preservada pela antecipação de mudanças futuras no projeto, o que reduz a necessidade de refatoração constante do código.

Questão 55

Acerca da garantia da qualidade no MPS SW, no CMMI-DEV e em processos ágeis, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nos processos ágeis, a garantia da qualidade depende principalmente da condução de inspeções e revisões formais antes da entrega de cada incremento.
- Ⓑ No MPS, no nível de capacidade em que o processo é definido, técnicas estatísticas e quantitativas são utilizadas para determinar ou prever o alcance dos objetivos de qualidade e de desempenho dos processos.
- Ⓒ No CMMI, na garantia da qualidade de processo, utilizam-se técnicas estatísticas e quantitativas para gerenciar o desempenho e alcançar objetivos de qualidade do processo.
- Ⓓ No CMMI, a garantia da qualidade de processo é uma prática voltada para avaliar objetivamente processos executados e produtos de trabalho em relação ao processo registrado e aos padrões aplicáveis.
- Ⓔ No MPS, a identificação de oportunidades de melhoria durante as atividades de garantia da qualidade é introduzida no nível de capacidade em que o processo é melhorado continuamente.

Questão 56

No contexto do OWASP,

- Ⓐ o uso de funções de *hash*, adaptativas e com *salt* para o armazenamento de senhas afasta a necessidade de fator de trabalho, desde que a função escolhida seja criptográfica.
- Ⓑ o uso de TLS em tráfego externo dispensa a verificação do tráfego interno entre balanceadores, servidores *web* e sistemas de retaguarda, pois a falha criptográfica relevante se concentra na borda da aplicação.
- Ⓒ a adoção de criptografia autenticada é medida substitutiva da gestão adequada de chaves, pois, com aquela, a integridade criptográfica passa a independe de rotação, geração e armazenamento seguros.
- Ⓓ a reutilização de vetor de inicialização com chave fixa pode caracterizar falha criptográfica, ainda que o algoritmo utilizado seja considerado atual e forte.
- Ⓔ o emprego de criptografia para dados em repouso torna secundária a validação do certificado do servidor e da cadeia de confiança, já que a exposição de dados sensíveis decorre prioritariamente de falhas de armazenamento.

Questão 57

No que concerne à classificação e ao controle dos ativos de informação, assinale a opção correta, à luz das normas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2023 e 27002:2022.

- Ⓐ As regras de uso aceitável restringem-se ao acesso lógico aos ativos de informação, não abrangendo cópias temporárias, descarte, armazenamento e transporte de mídias.
- Ⓑ A classificação da informação pode ser dispensada quando o ativo já constar de inventário com indicação de proprietário, pois a atribuição de propriedade supre a definição de requisitos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.
- Ⓒ A classificação da informação pode orientar a classificação dos ativos associados, com base em requisitos de confidencialidade, integridade, disponibilidade e das partes interessadas.
- Ⓓ A rotulagem da informação é exigida especificamente para informação confidencial, sendo incompatível com metadados e inadequada para apoiar processamento automatizado.
- Ⓔ O inventário de ativos deve ser único e centralizado em lista única corporativa, pois a manutenção de inventários por função ou tipo de ativo compromete a consistência do controle.

Questão 58

Em relação à gestão de continuidade de negócio consoante a norma ABNT NBR ISO 22301:2020, assinale a opção correta.

- Ⓐ A auditoria interna do sistema de gestão de continuidade de negócios pode substituir a avaliação do desempenho e da eficácia do sistema, desde que seja realizada em intervalos planejados e mantenha evidências documentadas.
- Ⓑ A organização deve identificar e selecionar estratégias de continuidade de negócios que considerem opções para antes, durante e depois da disrupção.
- Ⓒ Na análise crítica pela direção, o *feedback* das partes interessadas é facultativo quando há resultados de auditoria, monitoramento e medição do sistema de gestão de continuidade de negócios.
- Ⓓ Ao definir o escopo do sistema de gestão de continuidade de negócios, a organização pode estabelecer exclusões sem necessidade de justificativa, desde que essas exclusões estejam formalmente registradas.
- Ⓔ Na análise de impacto nos negócios, a organização pode definir o período máximo tolerável de disrupção antes de avaliar os impactos ao longo do tempo das atividades afetadas.

Questão 59

O gerenciamento de identidade e acesso (IAM)

- Ⓐ define o acesso aos recursos adequados, mas sua aplicação não alcança ambientes distribuídos entre múltiplas nuvens.
- Ⓑ centraliza a autenticação de usuários humanos, mas mantém fora de seu escopo a gestão de identidades de serviços e servidores.
- Ⓒ opera sobre decisões de autorização, tomando a autenticação como pressuposto externo ao seu escopo de gestão.
- Ⓓ é destinado principalmente a ambientes *bare-metal*, razão pela qual sua aplicação em nuvem híbrida e em *edge computing* depende de controles descentralizados.
- Ⓔ permite a administração centralizada de identidades e controles de acesso, inclusive em contextos com exigências de conformidade.

Questão 60

Acerca de criptografia, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em sistemas híbridos, a criptografia assimétrica serve para proteger a chave de sessão, enquanto a criptografia simétrica é utilizada para cifrar os dados trafegados, por ter maior eficiência operacional.
- Ⓑ Em protocolos criptográficos modernos, a cifra assimétrica costuma proteger diretamente os dados da sessão, cabendo à criptografia simétrica função acessória de autenticação.
- Ⓒ Quando realizada com chave privada, a assinatura digital de uma mensagem assegura simultaneamente o sigilo do conteúdo, a integridade e o não repúdio, dispensando cifragem adicional.
- Ⓓ Em criptografia simétrica, o compartilhamento prévio da mesma chave entre emissor e receptor torna secundária a adoção de mecanismos específicos para sua distribuição segura.
- Ⓔ Em protocolos criptográficos de chave pública, a robustez do algoritmo tende a prevalecer sobre procedimentos de gestão do ciclo de vida das chaves.

Espaço livre